Putin não precisa de destruir o Ocidente — as democracias estão a enfraquecer por dentro

Publicado em 2026-11-16 10:26:00



destruir o Ocidente — as democracias estão a enfraquecer por dentro

Desigualdade, erosão institucional e guerra informativa: como Moscovo explora as fracturas das democracias ocidentais

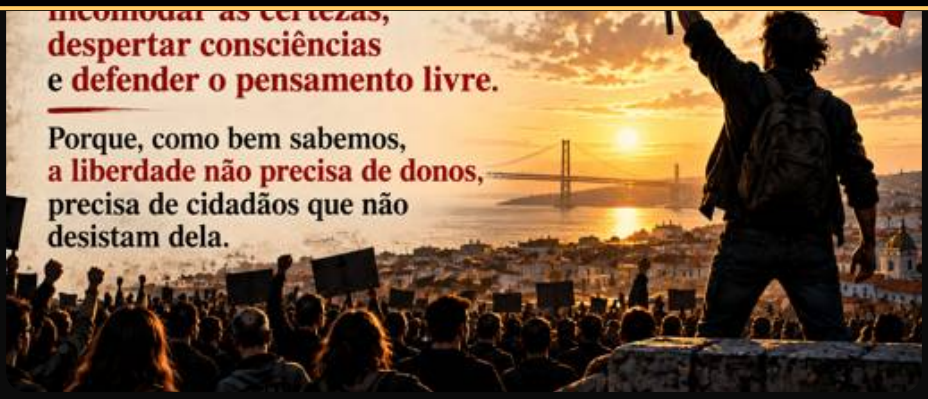
1 de Novembro de 2026 · Investigação e análise · Augustus Veritas

> **Nota de abertura:** Este texto distingue factos documentados, interpretação política e cenários prospectivos. A erosão democrática não é um fenómeno exclusivamente ocidental, nem todas as crises sociais são produzidas ou dirigidas por Moscovo. A investigação examina precisamente como vulnerabilidades internas podem ser exploradas por uma potência autoritária.

Uma democracia raramente desaparece de um dia para o outro. Pode continuar a realizar eleições, manter parlamentos e proclamar fidelidade à Constituição, enquanto enfraquece os mecanismos que limitam o poder: tribunais independentes, imprensa livre, fiscalização parlamentar e pluralismo efectivo.

É esse o paradoxo contemporâneo: a arquitectura democrática pode sobreviver no papel, mesmo quando a experiência quotidiana de muitos cidadãos se torna marcada pela impotência, pelo medo de perder rendimentos e pela percepção de que as decisões são tomadas longe deles.

A tese deste artigo é dupla. Primeiro, a deterioração democrática tem raízes domésticas e responsabilidades políticas próprias. Segundo, a Rússia de Vladimir Putin procura aproveitar essas fracturas para obter vantagens estratégicas, sobretudo na coesão europeia, na confiança pública e no apoio à Ucrânia.



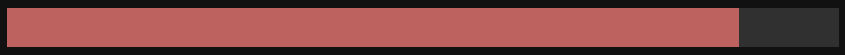
2. O diagnóstico internacional: a democracia em recuo

O V-Dem Institute, no seu relatório de 2026, identifica 44 países em trajectórias de autocratização e 18 em democratização, com referência ao ano de 2025. O mesmo relatório assinala uma deterioração significativa da liberdade de expressão e alerta para tendências de concentração do poder executivo, incluindo em democracias consolidadas.

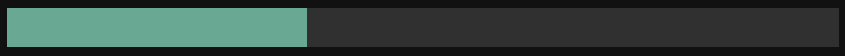
A Freedom House registou, em 2025, o vigésimo ano consecutivo de declínio global da liberdade: 54 países pioraram nos seus indicadores de direitos políticos e liberdades civis, contra 35 que melhoraram. Estes números referem-se ao conjunto do mundo, não apenas ao

GRÁFICO 1 — Países em transformação democrática (V-Dem, 2025)

Em autocratização — **44**



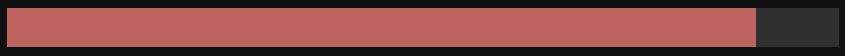
Em democratização — **18**



Unidade: número de países. Escala comum de 0 a 50. Fonte: V-Dem, Democracy Report 2026. Os dois grupos não representam a totalidade dos países.

GRÁFICO 2 — Evolução das liberdades em 2025 (Freedom House)

Países com deterioração — **54**



Países com melhoria — **35**



3. O contrato social fragilizado

A democracia não vive apenas de normas jurídicas. Precisa de uma base material: habitação acessível, serviços públicos capazes, salários compatíveis com o custo de vida e expectativas de mobilidade social. Quando estes pilares falham, o voto permanece, mas a confiança esmorece.

Não se pode atribuir mecanicamente a desigualdade ao avanço do autoritarismo. Existem países desiguais com instituições resistentes e sociedades relativamente prósperas com polarização extrema. Porém, a insegurança económica cria oportunidades para discursos que prometem soluções simples, inimigos identificáveis e poderes executivos sem contrapesos.

Uma elite política que responde ao mal-estar social com arrogância ou propaganda oferece terreno fértil aos que desejam desacreditar o sistema. É um problema que exige escrutínio interno, não uma desculpa para suspeitar dos cidadãos descontentes.

A política externa russa tem interesses claros: reduzir a capacidade de coordenação da União Europeia e da NATO, enfraquecer o apoio à Ucrânia, ampliar a margem de manobra do Kremlin e questionar a credibilidade das instituições liberais. Operações de informação são um instrumento dessa estratégia, não o seu único instrumento.

A Rússia não inventou a crise da habitação europeia, os conflitos distributivos ou a desconfiança nos governos. Pode, contudo, seleccionar narrativas já existentes, exagerar antagonismos e amplificar conteúdos que transformem divergências legítimas em hostilidade irreconciliável.

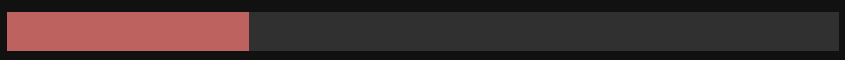
Importa separar a interferência documentada da mera coincidência política: criticar Bruxelas, discordar de sanções ou contestar um governo não demonstra qualquer ligação à Rússia. Uma democracia que confundisse dissidência com subversão estaria, ela própria, a destruir a liberdade que pretende defender.

O Serviço Europeu para a Acção Externa analisou 540 incidentes de manipulação e interferência informativa estrangeira em 2025. Na amostra documentada, 29% foram atribuídos à Rússia, 6% à China e 65% ficaram sem atribuição conclusiva. Foram identificados cerca de 10 500 canais e sítios envolvidos na produção ou amplificação dessas operações.

Estes valores descrevem os incidentes detectados e analisados pelo serviço europeu; não constituem uma estimativa de todas as operações existentes nem medem, por si só, quantos eleitores mudaram de opinião. Atribuição de origem e eficácia persuasiva são perguntas diferentes.

GRÁFICO 3 — Atribuição dos 540 incidentes analisados pelo EEAS (2025)

Rússia — **29%**



China — **6%**



as campanhas globais. Fonte: EEAS, 4th FIMI Threat Report, Março de 2026.

6. A inteligência artificial e a industrialização da manipulação

A inteligência artificial generativa diminui o custo de criar textos, imagens, vozes sintéticas e vídeos falsificados. Permite ainda adaptar mensagens a línguas, comunidades e acontecimentos locais, multiplicando a velocidade de difusão.

O relatório do EEAS descreve a passagem de conteúdos sintéticos de uma fase experimental para uma utilização rotineira nas operações observadas. Isso não prova que a IA determine resultados eleitorais, mas altera a economia operacional da propaganda: produzir milhares de versões de uma narrativa tornou-se muito mais barato.

A resposta não deve ser uma censura indiscriminada. Precisa de transparência sobre campanhas coordenadas, identificação de contas inautênticas, literacia mediática, investigação independente e mecanismos de recurso para proteger a expressão legítima.

O risco pode ser entendido como uma cadeia de reforço, não como uma lei histórica. A insegurança social reduz a confiança; a confiança degradada facilita a polarização; a polarização pode ser explorada por operações externas; a fragmentação dificulta a governação; a má governação alimenta novamente o descontentamento.

ESQUEMA 4 — Ciclo hipotético de vulnerabilidade

1. Insegurança económica e desigualdade

↓

2. Desconfiança institucional

↓

3. Polarização política e informativa

↓

> 5. Paralisia decisória e menor confiança

Modelo analítico da redacção; não é uma série estatística nem estabelece causalidade automática.

8. Três futuros possíveis para 2035–2050

Cenário A — Renovação democrática. Reformas institucionais, transparência do financiamento político, redução de desigualdades e investimento em serviços essenciais restauram a confiança. A Europa combina segurança externa com legitimidade social interna.

Cenário B — Democracias de fachada. Continuam a existir eleições competitivas, mas a fiscalização enfraquece, os meios de comunicação tornam-se mais dependentes e a concentração económica converte-se em influência política desproporcionada. É uma erosão gradual, sem data única de colapso.

Moscovo ganha capacidade de pressão. Nenhum destes cenários é uma previsão científica; são possibilidades condicionais.

9. Como defender a democracia sem a destruir

Uma resposta credível exige simultaneamente segurança e reforma: instituições judiciais independentes, fiscalização de conflitos de interesses, transparência das plataformas digitais, jornalismo plural e protecção contra operações encobertas de influência.

Mas seria insuficiente proteger as urnas e abandonar a vida quotidiana dos eleitores. Políticas de habitação, educação, saúde, concorrência económica e tributação equitativa são também instrumentos de resiliência democrática, embora os seus efeitos variem conforme a concepção e execução.

Na defesa externa, a cooperação europeia e transatlântica deve assentar em factos verificáveis, controlo parlamentar e respeito pelas liberdades civis.

10. Conclusão — o inimigo aproveita a porta que deixamos aberta

Putin pode beneficiar da divisão ocidental, mas não é a causa universal das suas falhas. A responsabilidade de tornar a democracia digna de confiança pertence, antes de mais, às sociedades democráticas, aos seus governantes e aos seus cidadãos.

O colapso não está escrito. A história oferece exemplos de reversão de processos autoritários e de recuperação institucional. O futuro dependerá da capacidade de unir justiça social, responsabilidade política e defesa das liberdades.

> *O Ocidente não será salvo apenas por possuir exércitos poderosos. Será salvo, sobretudo, se os seus cidadãos voltarem a acreditar que a democracia lhes pertence.*

Esta crónica é uma investigação documental e um ensaio de interpretação política. Os números apresentados provêm de relatórios internacionais identificados abaixo; os gráficos reproduzem os indicadores citados, com escalas e universos explicitados. As projecções para 2035–2050 são cenários argumentativos, não resultados de um modelo preditivo.

A crítica às fragilidades das democracias não implica equivalência entre regimes democráticos e autoritários. O direito de discordar, investigar, votar e responsabilizar os governantes é precisamente aquilo que importa preservar.

Referências credíveis

- V-Dem Institute — Democracy Report 2026
- Freedom House — Freedom in the World 2026
- Freedom House — 20.º ano consecutivo de declínio da liberdade

- Democratization — State of the world 2025: unravelling the democratic era?

Augustus Veritas

Fragmentos do Caos

FC-Chronic-News